

MEIO RURAL E TERRITÓRIO: UMA NOVA PERSPECTIVA ANALÍTICA PARA O DESENVOLVIMENTO¹

Vilela, Sérgio L. de O.² (EMBRAPA Meio Norte, Brasil)

I- Introdução

Nas sociedades pré-modernas, eventos locais geralmente desdobravam-se dentro de um único local (lugar), ficavam contidos no espaço onde eram gerados. Naquele contexto, era possível manter a independência do local em relação às forças externas. Com a emergência do capitalismo e da modernidade, eventos locais tornaram-se crescentemente afetados por - e ligados a - outros que ocorriam fora do local e até mesmo espacialmente distantes. A distinção entre lugar (local) e espaço (global), de acordo com Giddens (1991), surgiu a partir da transformação das relações sociais através do espaço e do tempo. Essas transformações, ao mesmo tempo que separavam o local do global, mantinham estes dois níveis dialeticamente relacionados. Ou seja, tornou-se mais difícil conceber alterações das relações sociais dentro do local como processos próprios, internos, tendo em vista que as relações passaram a ser cada vez mais globais (Bonanno, 1997).

Mas as redefinições espaciais resultantes de transformações sociais mais amplas têm sido, em muitos casos, tratadas em um nível alto de abstração. No entanto, na busca de uma aproximação maior com a concreção dos fenômenos sociais, não há como não se deparar com um índice proporcional de complexidade que, ao remeter ao recurso da teoria, faz perceber que os referenciais teóricos disponíveis não são mais eficientes para tratar essa nova realidade multidimensional. São, com efeito, muitas as dimensões

¹ Artigo elaborado para o “X CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL” e “ XXXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL”, no Rio de Janeiro, de 30 de julho a 05 de agosto de 2000, no Workshop 46: “New Rurality”.

(social, econômica, cultural, política, ambiental, espacial, demográfica), que terminam por limitar a abrangência de um trabalho científico. Em função desta constatação, neste trabalho, limito-me a caracterizar e analisar, a partir da dimensão espacial e com ênfase nela mesma, os desdobramentos destas alterações no meio rural. As categorias “rural”, “local” e “território” são aqui analisadas, culminando com a proposição de uma nova unidade espacial de análise para pensar o desenvolvimento rural no contexto de uma também nova relação local-global e das transformações recentes na relação produção-consumo agroalimentar.

A problemática do desenvolvimento rural em termos territoriais, quando consideradas as transformações em curso com a globalização, é relativamente emergente e necessita pesquisa teórica e empírica. Neste sentido, as disciplinas que até agora trataram a questão do desenvolvimento rural do ponto de vista setorial, ao se disporem a adotar uma perspectiva territorial, terão que praticar este exercício de crítica ao seu arcabouço conceitual, buscando uma reestruturação teórica e metodológica que se proponha incorporar à sua perspectiva analítica, o conjunto das transformações sócio-espaciais que têm colocado os diversos espaços sociais muito mais próximos do que já o foram até hoje.

II- O Meio Rural na Era Globalização: Crises, Rupturas e Redefinições

As transformações sócio-econômicas e espaciais que vêm redefinindo os contornos do meio rural não são fenômenos exclusivos do “mundo rural”. Resultam, pelo contrário, de uma deslocação geral da sociedade como produto da globalização (Jollivet e Eizner [org.], 1996) que, por sua vez, produz efeitos sobre o mundo rural. Esse conjunto de transformações constitui o que Mormont (1996) chamou de “crise do

² Eng. Agrônomo, Ph. D. Ciências Sociais, Pesquisador da Embrapa Meio Norte. Caixa Postal 01, CEP: 64.001-970, Teresina - PI. E-Mail: sergio@cpamn.embrapa.br

espaço”, entendida como uma desordem dos pontos de referências sociais de organização do espaço que toma formas particulares em cada dimensão regional (país, região, microrregião).

Jollivet (1984) ilustra o que foi dito acima quando afirma que a possibilidade de ocorrência de um irreversível processo de urbanização na Europa, que até o final da década de 60 parecia uma tendência inelutável, já na década seguinte revelou possibilidades de arreesamento, produzindo o movimento em sentido contrário, o que os franceses passaram a chamar de “neo-ruralismo”, um conceito genérico para uma realidade não muito precisa, carregado de símbolos contraditórios e indicadores de fenômenos que permanecem à margem das dinâmicas predominantes da agricultura atual. Na prática, o neo-ruralismo expressa a idéia de que uma série de valores típicos do velho mundo rural, que se pensava em via de extinção, passam por um certo revigoramento e começam a ganhar para si a adesão de pessoas da cidade. A volta às relações diretas com a natureza, a ciclos produtivos e tempo de trabalho mais longos e menos rígidos, ao ar puro e à tranquilidade, assim como ao desejo de relações sociais mais profundas e, sobretudo, à autodeterminação, são dimensões que atraem pessoas da cidade ao campo, do mesmo modo que outrora as luzes da cidade atraíram a população do campo (Giuliani, 1990).

Contudo, Saraceno (1994) adverte que as tendências e escolhas que afetam as áreas rurais também não podem ser estudadas isoladamente em relação ao que ocorre nas áreas não rurais. Hoje, a reversão do fluxo migratório e a redistribuição espacial das atividades têm que ser explicadas em relação ao processo de globalização e de reestruturação produtiva. Isto implica que lançar mão apenas de uma perspectiva analítica urbana é insuficiente para explicar as razões pelas quais algumas áreas rurais na Europa, por exemplo, têm logrado força de trabalho e vantagens competitivas, assim

como alguns estados do Nordeste do Brasil têm recebido um número significativo de indústrias que se deslocam do Sul e do Sudeste.

De todo modo, a referência à noção de crise não significa apenas que tudo vai mal mas, fundamentalmente, que tudo tende a ser diferente. Como diz Laurent (1995), a aceleração da regressão numérica da agricultura profissional inscreve-se em um processo de crise porque o conjunto dos mecanismos e das estruturas que determinam o funcionamento da economia agrícola se modificaram. Assim, a regressão numérica observada e a prevista não experimentam apenas uma mudança quantitativa mas, antes de tudo, uma mudança qualitativa, uma transformação. Esta atinge não somente os níveis de preços e rendimentos, mas também as regras do jogo (formas e estruturas da produção, dos mercados), promovendo e ao mesmo tempo sendo impulsionado por um processo de desregulação/re-regulação do espaço rural, a partir do qual segmentos sociais, até então alheios a este espaço, passam a participar decisivamente dos destinos das populações locais.

Neste sentido, o rural não é apenas um simples espaço, mas uma multiplicidade de espaços sociais, cercado de representações particulares, as quais são contestadas pelas novas contingências e problemas rurais. Assim, a expressão espacial dessas mudanças nas relações sociais dependerá de como a competição entre produtores e consumidores do espaço rural em regiões específicas está estruturada e regulada.

No Brasil, em particular, o Estado, a partir dos anos 80, principalmente em razão da crise fiscal, tem procurado desvencilhar-se do papel de articulador e financiador do processo de modernização e as políticas públicas começaram a ser desmontadas, provocando forte desorganização dos interesses rurais (Seminário Internacional, 1997). Os reflexos desta crise dão-se em dois campos principais: a trajetória decrescente da

renda agrícola de quase todos os produtos e o processo perverso de concentração da propriedade fundiária, já exaustivamente debatido por diversos autores.

A crise do modelo vigente ocorre paralelamente a um processo de desestruturação/reestruturação do meio rural, a partir do qual algumas atividades tradicionais têm sua importância econômica reduzida enquanto outras são recriadas em novas bases e com grande importância econômica, sendo que outras ainda, até então ausentes daquele ambiente, surgem com expressivo vigor sócioeconômico em relação às atividades não-agrícolas no meio rural). Esse processo de reestruturação do meio rural, em contextos sócio-políticos particulares, produz oportunidades de mercado altamente diferenciadas para variados grupos de renda, como observou Marsden (1992) e Vilela (1999) no Nordeste brasileiro. Estes mercados incluem uma ampla extensão de bens localizados – residência, atividades de lazer, áreas de conservação, entre outras – para atender a uma demanda urbana, em grande parte oriunda de uma classe média “sufocada” pela crise do modo de vida urbano contemporâneo, bem como os novos processos de industrialização do meio rural. É isso que possibilita afirmar que a noção de crise não autoriza a se traduzir imediatamente que tudo vai mal, corroborando o que já foi exposto.

III- Em Busca de uma Nova Abordagem

A vitalidade deste debate está ligada ao fato de que as transformações recentes do mundo rural são muito complexas. Observa-se que uma crescente proporção da população rural não mais depende de atividades agrícolas para obter renda. A divisão original do trabalho entre a cidade e o campo tem progressivamente declinado. A concentração das atividades agrícolas no meio rural e das atividades de manufatura e de serviços no meio urbano está se desenvolvendo de maneira menos marcada em relação à

estrutura social e econômica destas atividades nos meios rural e urbano. Parte da população originalmente residente no meio urbano tem mais frequentemente escolhido viver e trabalhar em áreas rurais pelas mais diferentes razões: custo de vida, estilo de vida, segurança, ao mesmo tempo em que atividades industriais e de serviços mostram uma propensão similar em alguns países da Europa. Isso implica a diversificação econômica e social de diversas áreas rurais e acarreta uma grande mudança na esperada homogeneização das áreas rurais e urbanas e nas inesperadas tendências de desurbanização e “renascimento do rural”, que necessitam ser explicadas (Saraceno, 1997).

Baseado nesta concepção, Rémy (1993) afirma que a metamorfose da relação rural-urbano na modernidade contemporânea parece mais afeta a um processo de modernização das trocas entre esses dois espaços, com reflexos nas respectivas identidades e na forma como se articulam as diferenças e as similaridades. Não se trata, portanto, da eliminação do rural nem da construção de um novo espaço. Parece ter mais consistência a idéia de que o rural, em questão, pretende, fundamentalmente, ser portador de inovações em caráter endógeno, como ocorre com o urbano. Onde esse objetivo é atingido passa a ocorrer, normalmente, entre cidade e campo, um certo número de semelhanças que os aproximam.

De todo modo, uma vez delimitado esse fundo comum construído a partir das semelhanças, frequentemente emerge uma reivindicação pela diferença. É nesse sentido que Rémy (1993) chama a atenção para a ocorrência de uma metamorfose onde as mudanças supõem uma transformação da forma como se articulam as semelhanças e as diferenças. Essa nova articulação das semelhanças e diferenças estimula um modo particular de trocas admitindo um também novo entrelaçamento da identidade e da alteridade.

Mas essa metamorfose tem demonstrado que as diferenças entre esses dois espaços não mais se dão em termos do acesso aos bens materiais e sociais, que agora são ou tendem a ser, de uma certa forma, similarmente distribuídos entre os habitantes do campo ou da cidade, nem mesmo no que se refere ao modo de vida de uns e de outros. As diferenças vão se manifestar no plano das “identificações e das reivindicações na vida cotidiana”, de forma que o “rural” se torna um “ator coletivo”, constituído a partir de uma referência espacial e inserido num “campo ampliado de trocas sociais”.

O autor propõe, para entender este processo, a utilização de uma matriz analítica cujos eixos são dados, de um lado, pela “construção do sentido” - “as imagens que os rurais têm deles mesmos e da cidade, bem como as imagens recíprocas dos cidadãos” – e, de outro, pelo campo das potencialidades, definido pela disponibilidade de “recursos do meio”. Através desta matriz, é possível elaborar tipologias, formular comparações e, sobretudo, construir o que ele chama de “utopias práticas”. E é em torno destas utopias práticas que se congregam pessoas e grupos sociais, inclusive aquelas que, não vivendo mais no meio rural, a ele se sentem ligados por vínculos culturais e simbólicos.

Assim, essa identidade, que tem uma base espacial, se torna, ao mesmo tempo, um fenômeno “localizado e deslocalizado”. Ademais, a mobilidade espacial, em suas formas modernas, modifica as relações entre o espaço e a vida social. Trata-se, portanto, de um “novo modo de espacialização do social”, entendida como uma “rede alveolar metamorfoseada”, capaz de articular a mobilidade e a sedentaridade e de transformar simultaneamente a cidade e o campo. Deste modo, “o mito fundador da sociedade sedentária, na qual cidade e campo se opõem num processo de ruptura”, é questionado e substituído por um mito “andrógino” no qual as características do campo e da cidade se misturam, ao mesmo tempo que permite a afirmação identitária mútua (Rémy (1993). Nessa proposição, portanto, a “existência” do rural - em torno da qual se situaria toda

uma gama de reivindicações pela diferença em relação ao urbano - estaria ancorada em três aspectos fundamentais: o espaço físico, diferenciado pelos seus recursos naturais e pelo modo de vida social, a identidade sócio-política e cultural dos atores vinculados ao meio, e o imaginário (representações) que constroem esses mesmos atores em relação a esse meio.

IV- A Territorialidade do Desenvolvimento Rural

Filio-me aqui à proposição de Rémy (1993), que defende a permanência do rural, enquanto espaço de vida social, dotado de características específicas que o identifica e o mobiliza em defesa de sua alteridade e de sua identidade com o urbano. No que tange à relação local-global, o local, ao invés de uma nova categoria substitutiva do rural, deve ser concebido no âmago de uma estratégia metodológica capaz de compreender a diversidade de relações local-global, na sociedade contemporânea, nas quais estão contempladas também as novas relações rural-urbano. Surge, então, como decorrência das considerações acima, a idéia da unidade “territorial” de análise como proposição de síntese dessa nova configuração da relação local-global. Entretanto, o conceito de território, nesta proposição, não se define da maneira tradicional usada pela geografia clássica, como será demonstrado em seguida.

4.1- O conceito de território

Duas categorias apresentam-se como centrais nesse debate: espaço e território, cujos conceitos precisam ser definidos. O espaço, entendido como espaço social, vivido, em estreita correlação com a prática social, não deve ser visto como “espaço absoluto”, vazio e puro, lugar por excelência dos números e das proporções, nem como um produto da sociedade, ponto de reunião de objetos produzidos, o conjunto das coisas que

ocupam e de seus subconjuntos, efetuado, objetivado, “funcional”. O espaço não é nem mesmo o ponto de partida (espaço absoluto), nem o ponto de chegada (espaço como produto social). O espaço também não é um instrumento político, um campo de ações de um indivíduo ou grupo, ligado ao processo de reprodução da força de trabalho através do consumo. Segundo Lefébvre, o espaço é mais do que isto. Engloba esta concepção e a ultrapassa. O espaço é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção (Lefébvre, 1976; Corrêa, 1995). Sociologicamente, portanto, o que há é a possibilidade de se trabalhar uma relação sociedade/espaço que historicamente se expressa em processos reais os mais complexos.

Para Raffestin (citado por Moraes e Costa, 1993), o espaço é anterior ao território. É como se fosse o seu substrato. Em assim sendo, ele não aparece perante a produção como um objeto homogêneo, pois é intrinsecamente desigual, ou seja, o espaço concreto para a produção concreta é sempre uma singularidade. Neste sentido, a generalização da apropriação, fixação e acumulação de trabalho ao espaço está na raiz do processo de constituição dos territórios. Estes já representam um momento superior do processo de valorização, aquele que se assenta no efetivo domínio do espaço, agora já plenamente concebido como processo de reprodução da sociedade. O território é, assim, a materialização dos limites da fixação, revelando formas de organização bem mais complexas.

Nessa mesma direção, Andrade (1995) considera que o conceito de território não deve ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à idéia de “domínio” ou de “gestão” de determinada área. Assim, a idéia de território deve estar sempre ligada à de “poder”, quer se faça referência ao poder público, estatal, quer ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas, ignorando as fronteiras políticas. Uma outra idéia profícua e fecunda, que pode ser

acrescentada às de domínio e de poder é a de “apropriação” (Lefébvre, citado por Costa, 1995), pois, enquanto os primeiros têm a ver com um controle politicamente estruturado, a apropriação não pode ser compreendida sem o tempo, os ritmos de vida, incorporando uma dimensão simbólica, identitária e afetiva dos grupos sociais com seus espaços.

O território, portanto, é produto da interação do homem-espaço, primeiramente transformando a natureza (espaço natural) através do trabalho e depois criando continuamente valor ao modificar e retrabalhar o espaço social que, a partir daí, é também um espaço econômico, porque valorizado (Souza, 1995). Neste sentido, ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente – por exemplo, pela representação – o ator/sujeito territorializa o espaço. O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder (Raffestin, 1993).

No caso específico do espaço rural, a categoria “território”, como categoria de gestão, emerge de múltiplos conflitos e tensões que esta diversidade de grupos e de exploração apresenta em um mesmo espaço. Com efeito, as diferentes formas de apropriação, identificação ou de afiliação a um espaço – sejam agricultores, residentes secundários, aposentados, turistas – procuram se legitimar em termos de patrimônio, de interesse econômico, de vinculação ao local, do passado ou do futuro e tudo tem a ver, às vezes com o local e às vezes com as relações – econômicas, políticas, culturais – que o extrapolam largamente e mesmo ao rural (Mormont, 1996).

4.2- Desenvolvimento rural territorializado: uma nova unidade analítica

Essa nova dinâmica, observada no meio rural, também parece variar consideravelmente de região para região – sejam blocos econômicos continentais,

países, regiões, microrregiões – fazendo com que a ênfase nos tipos de atividades geradoras de renda no meio rural também varie nas mesmas proporções. Para cada região, a escolha das atividades a serem estimuladas e desenvolvidas dependerá de um contexto intra e extralocal que venham a favorecer processos endógenos e/ou exógenos de desenvolvimento a partir das particularidades de recursos locais.

Significa dizer que o “campo” não está passando por um processo único de transformação em toda a sua extensão. Se as medidas modernizadoras sobre a agricultura foram moldadas no padrão de produção (e de vida) urbano-industrial, seus efeitos sobre a população local e a maneira como esta reage a tais injunções não são, de modo algum, uniformes, assim como tais medidas não atingem com a mesma intensidade e proporções as diferentes categorias de produtores. Por isso, não se pode falar de ruralidade em geral, já que ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos (Carneiro, 1997).

Assim, para algumas regiões, o investimento na produção agrícola poderá continuar a ser estratégico, não só por causa da renda propriamente agrícola, mas também pela demanda por outros tipos de atividades, como prestação de serviços, pequenas indústrias de processamento ou de embalagem, que virão a criar uma dinâmica adequada àquela realidade. Nessa direção, uma gama de produtos necessita hoje refletir a aplicação de trabalho local com determinadas habilidades que façam um paralelo entre nichos de mercado e produção para o mercado de massa. Cadeias de supermercados, por exemplo, têm crescentemente procurado identificar as fontes de fornecimento das suas frutas e vegetais.

Outras regiões optarão pelo turismo rural/ecológico, que poderá trazer consigo a necessidade da construção de hotéis, o desenvolvimento de infra-estrutura para o lazer.

Vários países da Europa do Norte têm revalorizado a figura do “jardineiro da natureza”, cuja renda é obtida nas atividades de conservação e reabilitação de paisagens.

O que se observa de comum a todos esses casos é o desenvolvimento de um processo de “comoditização” de novos processos, objetos, artefatos, atividades, pessoas, culturas, que produz, por sua vez, uma nova configuração dos grupos de interesse no território (Marsden, 1995). Esta nova configuração está relacionada com a inclusão de grupos locais, neolocais (vindos de fora) e externos (que mantêm sua base social fora do espaço produtivo, mas fazem um gerenciamento a distância dos seus interesses econômicos e políticos).

Esse debate permite, portanto, retomar a discussão sobre a relação localidade/territorialidade nos termos de uma “nova espacialidade”. O desafio é pensar como uma determinada localidade insere-se nessa nova espacialidade criando novas territorialidades. Isso não se confunde com um trocadilho de categorias analíticas sem estatuto teórico, pois, o que está em questão são os limites e as possibilidades de inserção de determinadas áreas, locais ou regiões e seus grupos sociais e econômicos em um ambiente produtivo e de consumo redefinido pelas transformações sociais globais, a chamada globalização.

Para Ritaine (1989), a nova divisão internacional do trabalho fez aparecer, de fato, em grande parte dos países industrializados, formas de adaptação econômica inesperadas. Nenhum observador teria previsto o recrudescimento de tipos de desenvolvimentos econômicos territorializados, situados em zonas até então qualificadas de periféricas, organizados em redes de pequenas e médias empresas tirando seus recursos sociais do meio local. Assim, o desenvolvimento por difusão da produção das pequenas unidades parece ser uma resposta possível à crise econômica.

Por outro lado, esse fenômeno não pode ser transformado em uma panacéia universal, até mesmo porque demanda condições particulares para acontecer e lograr êxito. Assim, todas as regiões periféricas não são milagrosamente despertadas, acordadas, ativadas, salvas pelo arcaísmo. Em muitos casos, essa maneira de retomar o desenvolvimento não se caracteriza nem mesmo como solução definitiva. Em alguns, parte-se de atividades agrícolas e/ou industriais tradicionais (têxtil, confecção, agroalimentar) que ainda passarão por processos de transformação e, em outros, os processos são induzidos pelo aparecimento de novas tecnologias (eletrônica, informática, máquinas, insumos), significando apenas uma etapa de crescimento, cujo tipo não é negligenciável como especificidade, já que utiliza os recursos mais facilmente mobilizáveis.

Um dos exemplos mais estudados nos últimos anos é o do desenvolvimento de algumas regiões da Itália, que ficou conhecido como “Terceira Itália”. Lá ocorreu um processo de “industrialização difusa” – como foi denominado - que se caracteriza por difundir e estimular a instalação de pequenas e médias indústrias em pequenas e médias cidades (como na Emília Romana), aproveitando os recursos materiais e sócio-culturais locais, de forma a criar uma dinâmica econômica integrada ao mercado global.

Mas Ritaine (1989) alerta que estabelecer uma correlação entre essas formas de desenvolvimento e as características sociológicas dessas regiões não seria suficiente, senão para demonstrar que a localização tem uma coerência. É necessário, ainda, demonstrar como ela é estabelecida. A partir daí os processos de desenvolvimento devem ser analisados em termos de condições, de possibilidades. Assim, a diversidade de situações localizadas tornam-se um convite a não negligenciar a estruturação temporal: tempos da memória e da socialização, tempos da inovação, tempos de uma

nova institucionalização. Deste mosaico tende a surgir uma ordem ou um modo de desenvolvimento que passa a ser, em termos analíticos, a dimensão privilegiada.

Paralelamente, é necessário demonstrar, ainda, a especificidade do desenvolvimento local a partir dos seus recursos naturais e de como os atores sociais interagem para viabilizar essa integração. O que passa a ser determinante, então, é a coerência entre três fatores centrais: recursos naturais, relações sociais e a relação da produção local com o mercado global. Isso remete à necessidade de compreender como emerge uma dinâmica econômica e como isso pode ser percebido pelos atores sociais. Portanto, um novo entrelaçamento entre “tradição” e “mercado”, mediados pela inovação tecnológica, produz um padrão de transformação e uma dinâmica econômica particular, original e localizada³. Dito de outra forma, se o desenvolvimento de uma região, a partir das suas particularidades de recursos naturais, é fruto de uma necessidade econômica que permite a reatualização de caracteres sociológicos herdados, tradicionais, as formas que ele adota são, em cada caso, a expressão particular de uma verdadeira construção social do mercado, em que se coadunam as características e os interesses dos atores e dos grupos sociais locais e os dos grupos econômicos externos, culminando com a construção/redefinição de novos territórios.

É a partir desse processo de diversificação das formas alternativas de desenvolvimento rural que, analiticamente, se pode falar em “territorialização do desenvolvimento”. No entanto, coerente com o próprio caráter da noção de território aqui apresentada, torna-se extremamente relevante buscar a especificidade de cada caso estudado nos vários contextos espaciais, haja vista o caráter ainda transitório das recentes mudanças em curso na sociedade e no meio rural, em particular. Como disse

³ Ritaine (1989) observa, no entanto, que a inovação tem um efeito retroativo sobre os recursos de origem: ela tende a modificar a estratificação social e esses valores de origem, podendo vir a criar problemas de reprodução social. A magnitude desse efeito torna-se, portanto, uma questão a ser administrada pelos atores sociais locais e será diretamente proporcional ao seu “capital social”.

Saraceno (1994[A]), quando estamos estudando o desenvolvimento ou propondo políticas para estimulá-lo, devemos considerar mais de um modelo. Nesse sentido, uma perspectiva territorial requer conhecimentos integrados de diferentes setores, possibilitando encontrar um lugar e uma explicação, como um todo coerente, que reúna as diversas partes da realidade que têm sempre permanecido fora de modelos.

Nessa direção, Pernet (1990) e Carneiro (1997) observam que a forma de inserção de cada tipo de agricultor à economia e à sociedade global define uma racionalidade e uma lógica de funcionamento específicas para a agricultura que se desenvolve, o que se expressa na maneira como se relacionam com o trabalho, com a propriedade dos meios de produção e com o progresso técnico. Significa dizer que existem espaços econômicos e sociais diferenciados para cada tipo de agricultor, que são seus espaços de atuação e de articulação com o sistema social e econômico global (mercados, aparelho do Estado, aparelho agroindustrial). Essa noção de esferas de reprodução, estruturadas social e economicamente de formas distintas ajuda a pensar a realidade atual da ruralidade e a localidade. É que, dentro desses territórios, encontram-se redes de sociabilidades que se sobrepõem mas não se confundem. Para o “agricultor tradicional”, esse espaço pode ser reduzido à “localidade”, ou seja, ao círculo da vizinhança, do comércio e das relações políticas mais próximas em termos geográficos, confundindo-se com as redes de amizade e de parentesco. Já os agricultores modernizados, assim como parte dos pluriativos, mantêm relações mais diversificadas e mais frequentes com instâncias de territórios mais amplos: rede de comercialização, sistemas de informações técnicas e de financiamento, de amplitude regional, no primeiro caso, e de classe média urbana, no segundo.

Tudo isso impõe ao investigador a necessidade de estabelecer uma estratégia metodológica que dê conta de evidenciar a relação entre as atividades agroalimentares e

territoriais de forma a apreender os movimentos e as dinâmicas particulares do seu *locus* de investigação empírica.

Resguardadas as especificidades da realidade brasileira, principalmente em relação à sua estrutura institucional, é possível seguir a proposição de Muchnik & Sautier (1999). Esses autores sugerem que uma primeira abordagem deve compreender a ligação entre as atividades agroalimentares e o território, segundo a capacidade de acesso aos fatores de produção a menor custo e as vantagens comparativas ligadas à localização do território, minimizando as distâncias-custo. Esta abordagem da competitividade está baseada na procura dos custos mais baixos dos fatores de produção de massa estandardizados, que conduz à fenômenos de especialização e de deslocalização e exclusão. Uma segunda leitura das relações entre atividades agroalimentares e territoriais deve considerar a estas como portadoras de um patrimônio. Este "território-campo" é então encarado do ponto de vista da valorização de uma herança específica. Os procedimentos de proteção jurídica, como as “apelações de origem” francesas têm freqüentemente esta visão como ponto de partida.

Uma terceira visão considera não só a dotação do território por fatores de produção ou de patrimônio, mas também a sua capacidade de recombinares esses fatores e associar recursos próprios e externos, a fim de inovar e de se adaptar. Esta ênfase é então posta sobre as maneiras de proceder a cooperação, a aprendizagem e a criação de recursos nos sistemas localizados.

Em suma, a noção de território – como arena dos grupos de interesse – busca dar conta desta dinâmica, ao mesmo tempo em que contribui para evitar a generalização, tão inadequada, heurísticamente, neste momento.

V- Referências bibliográficas

- ANDRADE, M. C. de. A questão do território no Brasil. São Paulo: Hucitec/Recife: Ipespe, 1995. 135 p.
- BONANNO, A. The globalization of the economy and society: fordism and post-fordism in the agro-food sector. Houston: Sam Houston State University, 1997. 26p. trabalho apresentado no Seminário Globalização, trabalho, meio ambiente; mudanças socio-econômicas nas regiões frutícolas para exportação. Recife, 1997.
- CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35., 1997, Natal - RN, Anais... Natal, RN: SOBER, 1997. p. 147-185.
- CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. org.. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 15-48.
- COSTA, R. H. “Gaúchos” do Nordeste: modernidade, des-territorialização e identidade. São Paulo: USP, 1995. 388 p. Tese de Doutorado.
- GIDDENS, A. As conseqüências da modernidade. São Paulo: Unesp, 1991. 177 p.
- GIULIANI, G. M. Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 5, n. 14, p. 59-67, out. 1990.
- JOLLIVET, M. Le développement local, mode ou mouvement social? In: Société Française d’Economie Rurale, Paris, oct. 1984.
- JOLLIVET, M.; EIZNER, N. org. L’Europe et ses campagnes. Paris: Presses de Sciences Politiques, 1996. 399 p.
- LAURENT, C. La fin de l’hégémonie de l’agriculture professionnelle sur le territoire. In: ALLAIRE, G. ; BOYER, R. La grande transformation de l’agriculture. Paris: Economica, 1995. p. 323-344.

- LEFÉBVRE, H. Espacio Y política. Barcelona: Ediciones Peninsula, 1976.
- MARSDEN, T. Exploring a rural sociology for the fordist transition: incorporating social relations into economic restructuring. Sociologia Ruralis, V.32, n. 2/3, p. 209-230, 1992.
- MARSDEN, T. Beyond agriculture? Regulating the new spaces. Journal of Rural Studies, V. 11, n. 3, p. 285-296, 1995.
- MORAES, A. C. R.; COSTA W. M. Geografia crítica: a valorização do espaço. 3. ed. São Paulo: Hucitec, (1993). 196 p.
- MORMONT, M. Le rural comme catégorie de lecture du social. JOLLIVET, M.; EIZNER, N. org. L'Europe et ses campagnes. Paris: Presses des Sciences Politiques, 1996. p. 161-176.
- MUCHNIK, J. ; SAUTIER, D. Sistemas agro-alimentares localizados e construção de territórios. Paris: CIRAD, 1999. 18 p. Projeto de pesquisa.
- REMY, J. Le rural e l'urbain entre la coupure et la différence: la métamorphose des relations villes/campagne. Espaces et Sociétés, n. 72, p. 31-47 Paris: L'Harmattan, 1993.
- RITAINE, E. La modernité localisée?: leçons italiennes sur le développement régional. Revue Française de Science Politique, v. 39, n. 2, p. 154-177, 1989.
- SARACENO, E. Recent trends in rural development and their conceptualisation. Journal of Rural Studies, v. 10, n. 4, p. 321-330, 1994.
- SARACENO, E. The modern functions of small farm systems: na Italian experience. Sociologia Ruralis, vol. 34, n. 4, p. 308-328, 1994 [A].
- SARACENO, E. Urban-rural linkages, internal diversification and external integration: a european experience. INTERNATIONAL SEMINAR ON RURAL URBAN LINKAGES, INTERMEDIATE CITIES AND DECENTRALIZED

DEVELOPMENT IN THE GLOBAL ECONOMY, 1., 1997, Taxco-México, Anais... Taxco-México, 1997. Não paginado.

SEMINÁRIO INTERNACIONAL, 1993, Campinas. Agricultura familiar e projeto de modernidade. Campinas: Unicamp, 1993. 95 p.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. org. Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 77-116.

VILELA, S. L. de O. Globalização e emergência de múltiplas ruralidades: reprodução social de agricultores via produtos para nichos de mercado. Campinas: UNICAMP-IFCH, 1999. Tese de Doutorado. 206 p.